



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL**

**OFÍCIO Nº 281/2020-MPC/PG**

Brasília, 16 de julho de 2020.

Excelentíssima Senhora Secretária,

O **Ministério Público de Contas**, com fundamento no art. 76 da LC distrital nº 1/1994 e nos art. 7º, cumulado com o art. 11, da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), solicita<sup>1</sup> a Vossa Senhoria, no **prazo de 20 (vinte) dias**, o envio de informações acerca da execução do Programa Mobilidade Cidadã, contemplando **a relação nominal dos beneficiários, com indicação da condição considerada para concessão, ou seja, existência de cadastro dos favorecidos na Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB) ou no Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF).**

Ademais, o MPC/DF requer o envio de esclarecimentos atinentes aos mecanismos de controle utilizados para registro do recebimento e entrega dos cartões aos favorecidos, assim como das providências adotadas em relação aos cartões eventualmente não entregues aos respectivos beneficiários.

Aproveito a oportunidade para agradecer a atenção dispensada e colocar o **Parquet** especial à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador-Geral

À Excelentíssima Senhora  
**MAYARA NORONHA ROCHA**  
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES/DF  
SEPN 515 Bloco A Ed. Banco do Brasil - Asa Norte - CEP: 70.770/501 - Brasília/DF.

<sup>1</sup> STJ, RHC nº 35.556/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fisher**, DJe de 28/11/2014.